

O USO INTENSO DE TECNOLOGIAS NA PANDEMIA E O ACIRRAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Talitha Serra Ferreira Batista

A suspensão das aulas presenciais de escolas públicas e privadas para promover o isolamento social, principal medida de prevenção contra o novo coronavírus, trouxe impactos significativos no funcionamento prático do contexto escolar. Diante da impossibilidade de prosseguir as atividades programadas presencialmente, a medida provisória estabelecida foi a de reorganizar a realização de exercícios, tarefas pelos alunos e coube ao professor ministrar aulas mediante o aparato das plataformas digitais. Nesse sentido, a adoção ainda mais significativa do uso de tecnologias nesse período de confinamento surgiu como uma ferramenta de reparo de danos. Cabe mencionar que alguns danos são irreparáveis. Porém, para impedir a interrupção total das atividades escolares, as instituições de ensino vêm utilizando aulas remotas, provas on-line e uma série de postagens de tarefas extensas nos acessos virtuais para os estudantes responderem em casa.

Contudo, vale ressaltar que, nesse processo de readaptação, pouco se pensou na parcela da população que não dispõe de um aparato financeiro que permita a obtenção destes dispositivos eletrônicos, bem como naqueles que residem em locais mais distantes e com difícil acesso à rede de conexão virtual. Uma outra problemática que elucidou essa disparidade e ganhou uma extrema repercussão negativa nas redes sociais, foi o filme publicitário pelo MEC, o qual anunciava que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020 não seria adiado visto o prejuízo de se perder uma nova geração de profissionais. Durante toda a propaganda, o discurso foi de que mesmo em meio a uma pandemia, os estudantes deveriam estudar de qualquer lugar e de diferentes formas. Essa publicidade foi alvo de severas críticas. Dentre as principais reclamações, os internautas destacaram que a propaganda adota um discurso que desconsidera a realidade da maioria dos estudantes brasileiros que não dispõem de recurso financeiro que permita acesso ao ensino mediado pelo acesso à internet.

A partir desse cenário, em que medida o uso intenso de tecnologias para atender as demandas escolares no contexto da pandemia ratifica a desigualdade social no acesso ao ensino? Compreendendo que a lógica conteudista permanece impregnada na cobrança de exercícios e avaliações nesse novo formato digital, quais as repercussões desse fenômeno para os alunos que estão sendo prejudicados no acesso a essas tecnologias no período de confinamento?

A ação majoritária de efetivar as ferramentas tecnológicas no âmbito escolar, especificamente no que se refere à substituição provisória das aulas presenciais pelas aulas na configuração on-line, pressupõe que todos os alunos têm acesso à internet. Infelizmente, essa não é a realidade brasileira, em que muitas moradias não têm nem sequer acesso à internet, em geral as mais pobres. Essa questão acaba auxiliando no aumento significativo da diferença entre as classes sociais no acesso ao ensino ministrado e aos materiais que complementam a programação da grade curricular.

Em outras palavras, a substituição de aulas presenciais por aulas a distância acaba por aumentar a desigualdade de acesso a ferramentas de aprendizagem virtual. Essa assimetria é observada entre as escolas privadas e públicas. A rede privada tem condições de implementar algumas soluções alternativas que demandam recursos financeiros, o que para a escola pública, é mais complicado. Assim, os alunos do sistema público devem sentir mais os impactos da quarentena. Esse tipo de exclusão social já foi apontado por Tunes (2011), em função do monopólio radical dos instrumentos sociais dentro das instituições escolares. Tendo em vista o que foi dito, nota-se que, a política educacional está voltada, principalmente, para a promoção de ensino às elites condutoras (SILVA, 2003). Colaborando assim, com o aumento da marginalização do acesso ao ensino da população de baixa renda nesse período de confinamento.

Na concepção de Silva (2003), o modelo de gestão preponderante no sistema educacional, ainda hoje, é marcado pelo apadrinhamento e clientelismo nas relações sociais e políticas. Essa perspectiva mercantil que explora o ensino brasileiro valida a ausência de transformação do sistema educacional. O espaço de transformação social deve ocorrer em parceria com a comunidade. Todavia, essa mudança não ocorre quando se considera que a realidade de todos é a mesma, como sugere a propaganda do ENEM 2020. A mudança acontece apenas quando a desigualdade existente é reconhecida, e quando há um engajamento para se equiparar o acesso às oportunidades mesmo nas diferenças socioeconômicas.

Para além dos impactos do uso de aparatos eletrônicos no subsídio de acesso ao ensino e do consequente acirramento da desigualdade social, vale ressaltar que a lógica avaliativa tradicional conteudista permanece impregnada nas aulas com auxílio dos meios digitais. Uma justificativa para esta manutenção se dá pelo fato de que essa transição aconteceu de forma abrupta e sem o devido preparo de um treinamento prévio, viabilizando essa replicação dos modelos já conhecidos e tradicionalmente utilizados nas escolas. De modo geral, os educadores apenas transportam as aulas expositivas do presencial para o on-line. Essa lógica expositiva conteudista é fortemente criticado por Paulo Freire. Na concepção do autor, o apreender inclui

a postura ativa e protagonista do aprendiz e, portanto, deve-se considerar o universo no qual ele está inserido, visto que só aprendemos algo quando aquilo faz parte do nosso projeto de vida (FREIRE, 1987).

Assim sendo, apreendemos em nossas inserções sociais, nas experiências práticas cotidianas, conforme aquilo a que damos significado e que faz sentido para nós. A educação é uma prática social, que legitima os variados tipos de saber existentes dentro de uma cultura e de uma sociedade (BRANDÃO, 2002). Infelizmente, a aplicação dessa concepção de educação nas instituições brasileiras de ensino não acontece. Ainda hoje, a maior preocupação das escolas é investir no preparo e no gabarito das avaliações conteudistas, a fim de garantir o ingresso de seus alunos nas universidades e aumentar a visibilidade da instituição com o maior número de aprovados. Se os estudantes aprenderam de fato o que foi ministrado ou se aquilo faz sentido para o contexto no qual eles estão inseridos, isso não é levado em consideração. Essa noção nos remete aos obstáculos e lacunas decorrentes da nossa sociedade escolarizada, a qual associa o futuro promissor do aluno exclusivamente a partir da sua trajetória e ascensão acadêmica (TUNES, 2011).

Nessa perspectiva, o êxito do aprendiz associa-se unicamente ao seu desempenho avaliativo. A padronização desse ensino estruturado no conteúdo em si, colabora com a exclusão e marginalização dos alunos em confinamento e sem acesso às tecnologias, uma vez que desconsidera a realidade deles. Em suma, seja no ensino remoto emergencial para atender a pandemia da COVID-19 ou no ensino presencial, muito ainda precisa ser repensado e rearranjado no que se refere à lógica de funcionamento das instituições de ensino no nosso país, que priorizam as exigências do mercado de garantir uma produtividade econômica do sistema escolar em prol das demandas dos alunos nas suas mais distintas realidades de vida.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes, Campinas**, v. 23, n.61, p.283-301, dezembro 2003.

TUNES, Elizabeth (Org). **Sem escola, sem documento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.